

FAVELAS URBANAS, FAVELAS RURAIS

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

A população brasileira — mais ou menos 85000.000 de habitantes amontoados em determinados pontos de uma superfície de 8.513.844 km², — é ainda bastante mal conhecida do ponto de vista sócio-econômico e cultural. As pesquisas que têm sido feitas no país se orientam seja para aspectos exóticos que chamam rapidamente a atenção do pesquisador (assim os problemas étnicos, certos problemas religiosos, etc.), seja para temas “da moda” como o processo de industrialização. Setores mais apagados da organização social e dos níveis de vida, como demografia, instrução, organização familiar, estratificação social, urbanização foram pouco estudados por meio de pesquisas objetivas, embora abordados nalguns trabalhos que são predominantemente de tipo ensaísta. As populações rurais e urbanas, suas configurações sociais específicas, os processos de mudança em que estão engajadas não têm merecido toda a atenção que seria de esperar. Assim, à parte alguns estudos pioneiros sobre favelas, que permanecem mergulhados na penumbra, pouco tem sido feito a respeito (1). O êxodo rural-urbano, a modalidade de integração ou de marginalização das populações migrantes nas cidades também não têm merecido a devida atenção por parte dos estudiosos (2). Nosso intuito, neste artigo, é apresentar alguns aspectos do problema das favelas do sul do país, principalmente na sua incidência sobre a infância e a adolescência; nosso ponto de partida são os estudos de favelas já existentes, no mundo urbano brasileiro, e alguns dados sobre a formação do que chamamos de “favelas rurais”, resultantes de alguns relatórios de pesquisa ainda inéditos.

(1) SAGMACS, 1960; CRUZ, Levy, 1961; GONÇALVES, Antônio Carolino, 1961; GONÇALVES, Antônio Carolino e CRUZ, Levy, 1961; SAGMACS, 1958.

(2) ALMEIDA, Vicente Unzer de e MENDES S.^o, Otávio Teixeira, 1951; CAMARGO, José Francisco de, 1957.

DADOS GERAIS

Pode o Brasil ser ainda classificado entre os países rurais, se utilizarmos como critério o "habitat"? O recenseamento de 1960 mostrava que 54,92% dos habitantes habitavam o campo, e 45,08%, viviam nas cidades (3). A urbanização, definida como o abandono do "habitat" do campo pelo da cidade, mostrava-se rápida, se atentarmos para o fato de que em 1950, 36,2% da população era formada de citadinos, para 31,2% em 1940. Houve, assim, uma aceleração da urbanização a partir de 1950, que no momento atual se processa mais rapidamente ainda do que na década anterior. Esta aceleração da transformação do "habitat" é em geral encarada com certa satisfação, e dada como um dos sintomas do progresso do país, que assim se poderia considerar como em desenvolvimento veloz.

No entanto, mais ou menos 40% apenas da superfície brasileira está hoje cultivada. Dos 60% restantes, parcela mínima seria realmente inaproveitável. O desbravamento e o cultivo de um território tão extenso ainda podem modificar a corrente de migração em curso e determinar um aumento da população rural em detrimento da população urbana? Não é impossível. No momento atual, porém, tudo indica que o êxodo rural-urbano continuará em processo nos próximos anos, com uma intensificação dos problemas que determina.

A população brasileira é uma população jovem (3). Dos 70.119.000 habitantes recenseados em 1960, perto de 40.000.000 tinham menos de 19 anos. Nesse ano do recenseamento, os jovens eram mais abundantes no meio rural (21.286.153) do que nas cidades (15.567.026); isto é, até o nível de 20 anos, havia maior quantidade de indivíduos habitando no campo. A partir de 20 anos, a população da cidade e do campo se equilibram; assim, nas categorias entre 20 e 59 anos, encontramos 14.877.486 indivíduos habitando em cidades, e 14.843.134 no meio rural. Esta modificação é atribuída ao êxodo rural-urbano: os jovens adultos se dirigem para os centros urbanos, onde acreditam encontrar trabalho. Os habitantes do meio rural sustentam e criam a população jovem a seu cargo, no período em que ela é quase improdutiva; no momento em que os jovens adultos se tornam plenamente produtivos, o meio rural perde sua força de trabalho em benefício da cidade, que não a criou nem sustentou.

O equilíbrio entre os sexos não é idêntico na cidade e no campo; a cidade brasileira tem mais mulheres do que homens, em tôdas as categorias de idade, ao contrário do meio rural, mas a diferença não atinge 500.000 indivíduos. No interior das duas grandes categorias de idade — 0-19 anos, e 20-59 anos, — o equilíbrio se mantém; assim, parece que o êxodo rural-

(3) Os dados deste trabalho são em geral os do Censo de 1960. Ver Sinopse do Censo Demográfico, I.B.G.E., 1960. A rapidez do êxodo rural-urbano nos últimos 5 anos deve, porém, ter alterado aquela proporção apontada acima, e é provável que hoje já exista equilíbrio nas classes de idade jovens, entre campo e cidade. Ver-se-á porque no decorrer do artigo.

-urbano não altera as proporções entre os sexos. No meio rural tradicional, a mulher das camadas inferiores trabalha na roça juntamente com seu marido, e deve ser contada entre os recursos de mão-de-obra de que dispõem as pequenas empresas agrícolas. Ela é ali um fator de aumento da produção e auxilia a manutenção da família. Seria importante verificar até que ponto se dá o mesmo nas camadas inferiores urbanas, ou se nas cidades a mulher não tende a se tornar um indivíduo ocioso; trata-se de importante pesquisa a ser tentada.

Tanto no meio rural quanto no meio urbano, crianças e adolescentes das camadas inferiores começam a trabalhar muito cedo, e seus sustentadores se vêem de certo modo aliviados. Todavia, a perda dos jovens adultos é muito importante para o meio rural brasileiro. Os trabalhadores rurais, entre nós, têm de abastecer uma população cada vez maior que não se emprega em tarefas agrícolas, isto é, uma população citadina voltada para atividades secundárias e terciárias que não faz senão crescer, além de todos os familiares e acompanhantes da força de trabalho urbano: têm de abastecer também a si mesmos e aos seus, — tudo isso empregando em geral técnicas agrárias assaz rudimentares. O desequilíbrio é patente, entre uma população rural cada vez mais reduzida e que tecnicamente não progride, e uma população urbana cada vez maior, que precisa ser sustentada.

Não queremos com isto dizer que os melhores elementos abandonem o mundo rural e se instalem no mundo urbano; esta afirmação, que tem sido em geral aceita como postulado, por muitos estudiosos, não pode ter senão valor de hipótese. É possível que os indivíduos mais propícios à adaptação à vida urbana não sejam forçosamente os elementos que melhor rendimento teriam como agricultores. Vida urbana e vida rural têm exigências diversas no que toca às aptidões, são estilos de vida heterogêneos. Se aceitarmos como "melhores elementos do meio rural" aqueles mais eficientes no trabalho agrícola, é provável que ao contrário sejam eles que mais dificilmente emigrem, justamente porque têm êxito no que empreendem, e sua vida no meio rural se torna aceitável. Os menos aptos a ganhar eficientemente sua vida no meio rural seriam então expulsos para as cidades. No nosso meio, os indivíduos de camadas inferiores, sem possibilidades de instrução e sem recursos econômicos que lhes permitissem uma certa estabilidade de produção rural, seriam os migrantes. Este nosso raciocínio é hipotético, mas mostra bem como ainda é precário o conhecimento dos problemas da migração rural-urbana entre nós.

Dado que possuímos uma população muito jovem, que se tornará a força de trabalho tanto rural quanto urbana, é importante verificar de que maneira está ela sendo preparada para a idade adulta. O Brasil é um país em vias de industrialização, que cada vez mais se organiza segundo os modelos do mundo ocidental; desta forma, a exigência de qualificação profissional é cada vez mais elevada, mais diversificada, e exige um período

cada vez mais amplo de escolaridade. A população rural deve preparar-se para enfrentar, nas cidades, a concorrência dos cidadãos. Ora, é nas cidades que vamos encontrar tanto os diferentes tipos de ensino secundário, quanto as escolas profissionais; no meio rural, nem mesmo aquelas que deveriam preparar para a agricultura em nível médio, só se encontrando ali escolas primárias incompletas (isto é, com 3 anos de curso) e ainda assim em número reduzido. Os jovens rurais que emigram para as cidades dispõem, assim, de um preparo mais do que medíocre; educação e instrução, receberam-nas no campo, trabalhando ao lado de seus pais.

Mas a situação do ensino é em geral muito precária entre nós, e não melhora senão lentamente. Segundo o recenseamento de 1960, dos 12.000.000 de crianças entre 7 e 12 anos, somente 7.476.096 estavam inscritos nas escolas primárias; quase a metade da população infantil brasileira não frequentava então escolas. Ora, o Anuário Estatístico do Brasil mostrava que em 1964 aquele total de inscritos se elevava a 8.131.422. O desequilíbrio é evidente entre o crescimento da população juvenil e a ampliação da rede escolar. Na categoria de idade que deveria frequentar o ginásio, também mais ou menos 12.000.000 de jovens existiam em 1960, dos quais apenas 1.224.485 matriculados nos cursos médios; em 1964, os algarismos sobem ligeiramente, chegam a 1.892.711. Em 1960, apenas 96.732 indivíduos estavam inscritos em cursos superiores; foi este o grau de ensino que mais se desenvolveu, pois em 1964 havia ali 136.744, e mais 1.959 inscritos em pós-graduação. Note-se que em 1960 a categoria de 20 a 29 anos (isto é, daqueles que deveriam estar cursando o grau superior) se elevava a mais de 11 milhões de indivíduos; e mais ainda, é sabido que estudantes dos cursos superiores não raro ultrapassam o limite de 29 anos, por não terem podido se inscrever mais cedo. Assim, os níveis de escolaridade da população brasileira em geral estão longe de serem brilhantes (4). Se a situação dos inscritos é a que mostramos acima, as condições pioram ainda ao considerarmos a quantidade dos que terminam seus estudos. Ainda com relação aos dados de 1960, apenas 613.000 crianças terminaram a escola primária; 179.145 obtiveram diploma de ensino secundário; e 17.627 acabaram o curso superior (5).

É verdade que as escolas têm-se multiplicado nos últimos tempos; ginásios e escolas superiores, principalmente, proliferam rapidamente. Todavia, como a quantidade de jovens aumenta com velocidade muito maior, já que estamos em plena explosão demográfica, é duvidoso que o aumento de estabelecimentos nos vários graus de ensino siga de perto o aumento da quantidade de jovens; o mais provável é que a divergência entre a quantidade de escolarizados e o total de jovens nas diferentes categorias de idade aumente incessantemente. Podemos dizer que no Brasil, ainda durante

(4) Os dados de 1960 constam de Anuário Estatístico do I.B.G.E., assim como os de 1964. Ver vol. 28, pp. 1-780, 1967.

(5) Ver Educação I: Diagnóstico preliminar, plano decenal de desenvolvimento econômico e social, E.P.E.A., junho de 1966.

bastante tempo, a instrução continuará atingindo uma camada relativamente pequena de privilegiados. Embora seja mais fácil para os jovens citadinos freqüentar escolas do que para os jovens do meio rural, o problema existe também para os primeiros (6). Sendo as condições do campo piores do que as da cidade, parece certo que a maior parte da mocidade que parte para tentar a vida nas concentrações urbanas não está em estado de sustentar a competição com os jovens citadinos; sua posição tende sempre a ser de inferioridade.

Seja como fôr, tanto no campo como na cidade, podemos dizer que o Brasil, país em pleno processo de diversificação econômica, não promove de maneira eficaz a formação de uma mão-de-obra qualificada e de funcionários, de que todavia necessita fundamentalmente.

MUNDO RURAL, MUNDO URBANO.

Históricamente, cidade e campo estiveram estreitamente ligados no Brasil. Durante o período colonial, os agricultores e fazendeiros, vivendo em suas terras, não compareciam à cidade senão de tempos em tempos. As cidades e vilas vegetavam, a vida ativa e próspera se concentrava no interior das propriedades rurais. Todavia, as técnicas rudimentares não permitiam ao sitiante e ao pequeno agricultor alimentar uma família sempre crescente; a abertura de novas roças mais para longe só era possível quando se promovia uma melhora nos meios de comunicação que impedisse o total isolamento destas famílias. O excedente da população rural tomava, então, muitas vezes o caminho da cidade, — principalmente dos portos, — onde sempre era possível conseguir alguma coisa. O êxodo rural-urbano foi, pois, uma constante de nossa formação. De tempos em tempos, a abertura de novas frentes pioneiras, ligadas em geral ao aparecimento ou à introdução de novos produtos, desviava por algum tempo a corrente rural-urbana, que diminuía muito. As cidades não recebiam, durante algum tempo, contingentes de migrantes e era-lhes então possível "digerir" os recém-vindos, integrando-os na vida urbana. Passada a euforia da abertura da frente pioneira, de novo se dirigiam para a cidade elementos vindos da zona rural, que aumentavam o número dos citadinos.

Este ritmo descontínuo de crescimento das cidades, formado de migrações que chegavam e que deixavam de chegar, perdurou através do Império e da República, até a segunda Grande Guerra. O êxodo rural-urbano não colocava problema de monta, e dava sempre lugar à formação de cortiços, de favelas, de mocambos, que teciam cinturões em tórno das cidades, ou então se insinuavam no seu interior, nos interstícios deixados vazios pelos

(6) Em 1960, havia 11.088.398 jovens citadinos entre 9 e 19 anos; porém, no país inteiro não havia mais do que 8.700.581 inscritos nos ciclos primário e secundário.

quarteirões. Eram peculiares às cidades maiores; as cidades médias e pequenas não eram procuradas pelos migrantes, pois nada lhes poderiam oferecer do ponto de vista de trabalho.

A integração dos migrantes à cidade se operava desde que encontravam um trabalho regular. O barraco miserável prosperava, transformando-se pouco a pouco numa casinha, as ruas acabavam sendo calçadas, um bairro popular nascia dentro da cidade. A favela, o cortiço se deslocavam então para ressurgir um pouco mais adiante, condicionados sempre pela chegada de outros migrantes. Se os barracos eram elevados em colunas abruptas como no Rio de Janeiro; se eram armados nos mangues como no Recife, então não mudavam de lugar, — os habitantes é que mudavam. Uma vez atingido um nível de vida aceitável, os primeiros moradores partiam para os quarteirões populares e novos migrantes ocupavam os barracos abandonados. Assim as cidades maiores tinham um ritmo de desenvolvimento que lhes era peculiar, crescendo ao sabor das migrações, com intervalos de parada em que a integração dos migrantes se processava.

A cidade maior acabava sempre por oferecer algum trabalho aos recém-vindos. Os serviços públicos e privados se desenvolviam; o artesanato estava sempre em expansão; o comércio se ampliava, abrindo perspectivas para o excedente da população rural. A boa adaptação à cidade ligava-se então ao aprendizado de um ofício ou de uma técnica. Aquêles que não encontravam trabalho num setor secundário composto de artesãos e de artífices, ou num setor terciário que se ampliava sem cessar, ficavam fora do processo de integração; formavam pequenos resíduos de inadaptáveis e de marginais, sendo que alguns regressavam ao campo.

Favelas, mocambos, cortiços constituíram pois um aspecto habitual do crescimento das cidades maiores. Sua população acabava integrando-se entre os cidadãos e, se persistiam existindo, era porque novos contingentes de caipiras e de tabaréus continuavam chegando. Tudo se desenrolava sem choques graves, o ritmo irregular das chegadas o permitia. Esta cadência de desenvolvimento das cidades grandes foi deixando de existir a partir dos anos 30. O êxodo rural-urbano em direção às grandes cidades, principalmente para aquelas em que a industrialização plenamente se instalava, tomou uma tal aceleração que não foi mais possível promover a digestão de favelas, de mocambos, de cortiços. Estes aumentaram rapidamente, tomando algumas cidades aspectos aterradores.

A transformação da migração teve suas raízes na crise econômica de 1929-1930, que foi uma crise rural... Sobrevindo em São Paulo em pleno período de superprodução cafeeira, arruinou grande quantidade de fazendeiros que tiveram de tomar medidas de severa economia; entre elas, a de economizar o mais possível a mão-de-obra, não conservando na fazenda senão os trabalhadores realmente indispensáveis para o trabalho cotidiano. Para as colheitas e outros momentos de intensificação do labor agrícola, passou-se a utilizar diaristas. Esta foi uma transformação profunda; até

então, abrigavam as fazendas todos os empregados de que podia vir a necessitar no decorrer da produção, passavam a abrigar agora apenas o estritamente necessário para as tarefas de base. Uma nova categoria de trabalhadores rurais surge, em contraste com os trabalhadores habitando permanentemente na fazenda — a categoria dos volantes, engajados para uma tarefa determinada, que chegam de manhã para trabalhar e partem ao anoitecer.

Não era difícil aos fazendeiros encontrar mão-de-obra para tais trabalhos. Além daqueles que eram por assim dizer expulsos dos estabelecimentos agrícolas, havia ainda nas vilas e cidadesinhas gente desejosa de um “bico” que lhes trouxesse alguns recursos; também sitiadas se engajavam como mão-de-obra, deixando suas roças a cargo da família. Dêsse modo, os volantes encontravam já certa concorrência, e muitos deles não tiveram outro remédio senão tomar o caminho da cidade grande, indo engrossar a categoria dos favelados. O desenvolvimento industrial que se iniciou então, e que atingiu plena expansão com a segunda Grande Guerra, entretinha nesta população ilusões de ascensão social.

Porém, o êxodo rural-urbano era muito mais intenso do que o ritmo de industrialização, esta não podia absorver a quantidade de migrantes que chegava sem cessar. O ritmo de chegada e parada estava rompido, as chegadas eram incessantes, não havia mais tempo para integrar a população recém-vinda nem para transformar as favelas em bairros populares. Favelas, mocambos e cortiços passam a constituir problemas sociais muito graves; a partir de 1945, seu crescimento é irreversível. É interessante observar certo paralelismo entre a falta de absorção de favelas e cortiços, ou melhor, entre a transformação do ritmo do crescimento urbano numa cidade grande como o Rio de Janeiro e a modificação da letra dos sambas e canções populares. De 1920 a 1940, mais ou menos, os sambas celebram a existência idílica dos moradores das favelas. Quando se deixa a favela pela cidade a “favela que vive no meu coração”, a “favela dos sonhos de amor e do samba-canção”, a nostalgia é profunda, e de vez em quando, se a saudade aperta, lá vai ele subindo de novo o morro onde conhecera a felicidade. Por volta de 1945, o tema da pobreza se instala: “Lata d’água na cabeça, lá vai Maria, lá vai Maria; pela mão leva a criança...” ou então “Sapato de pobre é tamanco, almôço de pobre é café, castiga o corpo como o quê, porque o pobre vive de teimoso que é”, Amélia, “que achava bonito não ter o que comer”, é agora figura do passado; do passado também o bom humor e ironia com que se encaravam os reveses da vida: que importa que a cama seja “uma fôlha de jornal”, quando “o orvalho vem caindo” até molhar o chapéu e o despertador “é um guarda-civil que o salário ainda não viu”? A pobreza agora é trágica.

FAVELAS E JUVENTUDE

Em 1960, efetuou-se nas favelas do Rio de Janeiro uma pesquisa, sob a direção do Pe. Lebret, que mostrava as condições de vida ali existentes (7). Escrevem os pesquisadores que, em 1945, o Rio de Janeiro começou como que a inchar sob o afluxo de uma quantidade anormal de população migrante, novas favelas passando então a escalar os morros da cidade. A maioria da população se situava nas categorias de idade entre 10 e 30 anos, e a porcentagem de crianças era muito elevada. No trabalho, verifica-se que a situação de crianças e adolescentes era longe de ser invejável.

A infância propriamente dita, definida pela falta de uma responsabilidade qualquer, termina mais ou menos aos 5 anos de idade. Com essa idade, a criança desempenha certas tarefas que lhe são apropriadas: levar recados, pedir auxílios, esmolar. Aos 7 anos, os deveres são mais importantes: levar a marmita do pai quando este não trabalha longe; fazer compras; ir buscar água para o trabalho doméstico. A divisão de trabalho entre os sexos se instala muito cedo. As meninas ajudam a mãe, aprendem a cozinhar; quando têm 9 ou 10 anos, são colocadas como pajem na cidade, tomando conta de crianças pequenas em famílias remediadas (ofício que em geral detestam). Os meninos também procuram algum trabalho, mas encontram muito mais dificuldade em arranjá-lo. Quando o conseguem, são invariavelmente despedidos depois de 8 ou 9 meses de emprêgo: assim, evita o patrão o pagamento do mês de férias, devido a todo assalariado que tem mais de um ano de casa.

Meninos e adolescentes passam em geral o dia todo na favela sem fazer nada. Formam grupos ou bandos, cada qual com seu lugar específico de reunião, e procuram distrações. A delinqüência torna-se para eles o meio mais fácil de conseguir dinheiro. Nas favelas, o núcleo das atividades ilícitas é em geral o tráfico de maconha. Traficantes e viciados buscam meninos para serem os "portadores da erva", na esperança de que a polícia não desconfie destes. Os meninos são pagos, mas também são ameaçados com toda a sorte de castigos se denunciarem seus "patrões". Para dominá-los com mais segurança, os "maconheiros" obrigam-nos a fumar os cigarros feitos com a erva; tornando-se pequenos viciados, os meninos se interessam mais vivamente no comércio da droga e guardam mais seguramente o silêncio sobre ele. Os bandos de adolescentes e os "maconheiros" são o pesadelo daqueles pais que desejam evitar más companhias para os filhos. Para evitar tais freqüentações, lança-se mão de meios variados: amarrar os meninos aos armários ou aos pés das mesas; prendê-los em cubículos ou em quartos; esconder-lhes as roupas, principalmente as calças. Todavia, se a vida do grupo delinqüente tenta o rapazinho, acaba encontrando meio de fugir e de se integrar no bando. Não temos também dados que permitam saber quantos, entre os pais, realmente se preocupam com este problema; é bem provável que a maioria seja indiferente, ou mesmo veja no tráfico da maconha um meio de arranjar recursos.

Assim, a delinqüência está longe de ser, nas favelas, uma ocorrência ocasional. Quanto mais difícil fôr a integração à cidade por meio de um trabalho regular, mais numerosos os grupos de adultos e de adolescentes que procuram meios de sobreviver apelando para tóda a sorte de expedientes. A delinqüência torna-se meio de vida e carreira, com iniciação, graus através dos quais os indivíduos se elevam dentro do grupo, títulos honoríficos. A delinqüência tem os seus heróis, cujas lutas com a policia são lembradas e transformadas em lenda. Mais uma atração para os adolescentes, que se dispõem de bom grado a imitá-los e a viver uma vida de aventuras.

Quanto às meninas, quer arranjem um emprêgo, quer fiquem em casa, arranjam namorado por volta dos 12 anos e, com magros recursos, tornam-se peritas em "maquilage"... Perdem a virgindade entre 12 e 14 anos, embora em geral os pais exerçam bastante vigilância para evitar a "desgraça". Porém, em seguida à primeira experiência, a vigilância desaparece, as coisas se acomodam, os pais fecham os olhos e a jovem pode livremente se entregar às suas aventuras. O casamento ou uma união definitiva não parecem exercer grandes atrativos sôbre elas; em muitos casos, as respostas foram negativas, "não desejam obedecer a um homem", entendem preservar "sua liberdade". Quando grávidas, e a gravidez indo adiante, a união torna-se total necessidade: o homem representa certa segurança econômica. Porém, êste não deseja um freio e uma carga em sua vida, e a quantidade de mães solteiras é grande nas favelas. As práticas abortivas são também muito empregadas, não para esconder "a falta" (comportamento burguês que quase não existe nas camadas inferiores da população), e sim porque a criança é um pêso que torna difícil a vida. A instituição do salário-família e outras medidas semelhantes vêm despertando o interesse dos pais e das jovens, que se compenetraram da utilidade de legalizar as uniões, e principalmente da necessidade de registrar os filhos logo que nascerem; o pai da criança pode assim ser compelido a contribuir economicamente para sua manutenção. Assim, observa-se entre os favelados estabelecidos há mais tempo na cidade um ligeiro aumento do casamento civil, e uma ligeira diminuição das uniões costumeiras, próprias das camadas inferiores do meio rural.

As uniões costumeiras, todavia, permanecem muito numerosas, e a falta de um liame legal torna-as muito frágeis. Frequentemente, homens e mulheres resolvem viver em comum, se separam, tornam a se unir com outros companheiros, sucessivamente. A união pode durar de alguns meses a vários anos, ou mesmo a tóda uma existência. Dissolvido o enlace, as crianças permanecem com a mãe. Esta vê-se compelida a procurar outro companheiro para manter um nível de vida aceitável; o nôvo marido torna-se responsável economicamente por tóda a família. Os homens são frequentemente acusados de não fazerem caso de seus filhos; na verdade, desde que se unam a uma mulher, terão sempre um lote de crianças a seu cargo,

quer seus, quer de outrem; pois a menos que procure sempre viver com môças muito jovens, ou não estabeleça senão relações esporádicas e mutáveis, terá sempre o encargo dos filhos da mulher com quem se una.

Este tipo de união, que já tem sido chamado de "poligamia sucessiva", gerando as famílias "matrifocais", isto é, cujo esteio e ponto de referência é a mãe (pois é ela sempre que fica com os filhos, a cada dissolução de união), é peculiar às camadas inferiores do meio rural. Não se trata de uma família desorganizada, conseqüente à vida na favela, e sim da conservação, na favela, do tipo de união existente no meio rural. Como vimos, à medida que as mulheres vão-se informando de leis que protegem filhos e mães solteiras, a tendência é para o aumento da legalização das uniões. Os dados que compulsamos permitem formular a hipótese de que quanto mais a favela se integra na cidade e se torna bairro popular, mais os casamentos serão legalizados e seguirão o modelo burguês. Ao contrário, quanto mais dificuldade tiver a favela para se integrar no meio urbano (a integração se fazendo através de empregos estáveis para seus habitantes no meio citadino), mais persistirão as formas tradicionais do casamento costumeiro, muitas vezes deturpadas e tornadas decadentes pelo aumento da prostituição.

O panorama que acabamos de traçar parece geral nas favelas do Rio de Janeiro; é verdade, porém, que não existem duas favelas perfeitamente iguais, e que mesmo numa favela há níveis de vida muito diversos, dependentes da grande variedade de situações de emprêgo e de salário. Na Favela do Parque da Gávea, por exemplo, o contraste é flagrante entre o "grupo 21" e o resto, chamam-no até "o grupo dos ricos". O comportamento de seus componentes não é semelhante ao dos outros habitantes da mesma favela. As casas são nitidamente melhores, possuindo banheiro e w.c., água corrente. Este "grupo 21" é formado por famílias de pequenos funcionários, com segurança de emprêgo e de salário, embora este seja mínimo. Suas famílias são legalmente constituídas e manifestam ambições quanto ao futuro dos filhos, que aos 7 anos são enviados à escola. As relações das crianças com os vizinhos são estritamente vigiadas, estão proibidas de brincar com "moleques", são evitadas as más companhias. Os esforços dos pais para dar aos filhos melhores condições de vida, instrução e futuro são patéticos; com relação à instrução, principalmente, demonstram convicção profunda de que somente ela assegurará mais tarde às crianças empregos convenientes (7).

A diversidade de condições no interior das favelas é um traço típico de sua constituição. Quanto mais há saturação de mão-de-obra na cidade, mais diminuem de envergadura e de quantidade os "grupos privilegiados" das favelas. A grande maioria dos pais tende então a viver de expedientes, a criança torna-se fonte de renda também assim que pode ajudar em casa; não há então mais interesse em enviá-lo à escola.

(7) SAGMACS, 1960, p. 31, 1.º fascículo.

Por outro lado, é raro encontrar escolas nas favelas; os meninos e meninas têm de se inscrever nas escolas dos bairros mais próximos. A quantidade de escolas primárias é sempre pequena e insuficiente com relação à quantidade de crianças, como vimos na primeira parte deste trabalho, assim, as escolas matriculam em primeiro lugar os candidatos do "seu" bairro, deixando aos estranhos uma ou outra vaga. Os pequenos favelados se misturam, pois, com crianças de nível sócio-econômico diferente do seu, e as conseqüências são desastrosas para êles. O rendimento do seu trabalho escolar é sempre baixo; crônicamente mal-nutridos (8), tendo de ajudar à família quando saem da escola, não encontrando em casa nem ambiente nem auxílio para fazer as lições, são obstáculos sérios contra a elevação de seu rendimento escolar. São também em geral crianças ou apáticas, ou muito inquietas que não sabem fixar a atenção, e neste último caso muito agressivas; são sempre "criança-problema", pesadelo das professoras. Dêsse modo, os poucos favelados que conseguem se inscrever nas escolas primárias de bairros não podem competir com as crianças de um nível de vida um pouco mais elevado e naufragam, abandonando a escola pela rua.

Mais as favelas são internamente diferenciadas em diversos níveis de vida, mais intensas são as tensões sociais aí existentes, decorrendo tanto da diferença de nível de vida, quanto de diferenças no comportamento das famílias em relação às crianças. Velar pela instrução dos filhos, impor um mínimo de boas maneiras, como fazem as famílias economicamente mais elevadas, é ridicularizado pelas mais pobres. As tensões podem-se manter latentes durante muito tempo, e explodir de repente ao menor pretexto. Muitas vêzes, a disputa começa ao nível das crianças e é em seguida encampada pelos pais, às vêzes com resultados trágicos.

Este quadro, traçado pela pesquisa da SAGMACS nas favelas do Rio de Janeiro, pode ser generalizado para favelas, cortiços, mocambos existentes nas grandes cidades do país? Os dados que possuímos permitem responder afirmativamente. O grau de miséria, de desorganização e de delinqüência se modifica de uma para outra, numa mesma cidade; e de uma para outra cidade também. Mas os traços essenciais são os mesmos. Fica assim demonstrado que o fato de habitar uma metrópole não corresponde às esperanças da população rural, no que diz respeito à facilidade de se arranjar empregos, de melhor instrução para as crianças, de elevação do nível de vida. Nem tudo era ilusão no tempo em que a grande cidade conseguia integrar mais ou menos rapidamente os migrantes rurais, isto é, até por volta de 1945; atualmente, tudo mudou, a integração é cada vez menos rápida, a favela, em lugar de se integrar, cada vez mais se marginaliza com relação à cidade.

(8) O regime habitual é arroz e feijão, de vez em quando com alguma batata ou legume; muito raramente, carne. SAGMACS, 1960, 2.º fascículo, p. 11.

NOVAS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL

A proliferação das favelas, ou sua diminuição em torno das cidades grandes foi sempre muito mais função das modificações sobrevindas no meio rural, do que da industrialização ou de uma hipotética "atração exercida pela vida urbana". Fatores sócio-econômicos tais como crises dos produtos de exportação nos mercados internacionais, mudanças na organização do trabalho rural, crescimento demográfico determinam a partida de ondas humanas para as cidades, e sempre o determinaram. Todavia, vilarejos, burgos, cidadesinhas não eram procuradas antigamente pelos migrantes, que sabiam não encontrar aí as facilidades de trabalho que buscavam.

Os trabalhos existentes mostram que o aparecimento do que poderíamos chamar de "favelas rurais", que surgem seja em torno de cidades pequenas não industrializadas, seja no meio do campo, na fimbria de propriedades rurais, deu-se, pela primeira vez no Brasil no Rio Grande do Sul, associado às transformações do trabalho dentro das estâncias de gado, principalmente com a paulatina cercadura dos campos e das propriedades. A compra de arame farpado constituía, nos inícios do século, uma despesa de vulto que arruinou mais de um estancieiro e impôs a todos severas medidas de economia. Assim, todo o pessoal ali existente que não estivesse diretamente empregado na produção foi despedido: agregados, moradores, afilhados, juntamente com suas famílias. Os peões da estância, pouco numerosos, eram obrigatoriamente solteiros, a fim de impedir se recriassem dentro da propriedade grupos de gente improdutivo.

Os que assim se viram despedidos, foram habitar em agrupamentos de ranchos miseráveis, e encontraram esporadicamente trabalho nos momentos de intensificação da labuta da estância: tosa de ovelhas, rodeios de gado, marcação, doma, etc. Seu nível de vida decaiu terrivelmente, e a desorganização familiar passou a imperar. Os jovens peões não se sentiram mais atraídos para constituir famílias, mas se contentaram em freqüentar esporadicamente os agregados de ranchos, nos quais a prostituição se desenvolveu a galope. Surgiram mesmo nos campos os chinedos, conjuntos de alguns ranchos habitados exclusivamente por mulheres, "chinas de todo o mundo", com as quais os peões despendem seu magro salário. As famílias dos "rancheiros" sabem que a sorte de suas filhas é em geral ou o "chinedo", ou o concubinato com um capataz de estância, um filho de estancieiro. Este tipo de organização é característico das camadas rurais inferiores nas regiões do pampa gaúcho e constitui um de seus grandes problemas (9). As condições cada vez mais difíceis da pecuária rio-grandense fêz com que os ranchos passassem a formar anéis em torno das cidades

(9) Dois romances retratam muito bem estas condições de vida; escritos em épocas diferentes, mostram que nada se modificou até agora, pelo contrário. O mesmo demonstra a pesquisa da SAGMACS. Ver MARTINS, Ivan Pedro de, 1944; e LESSA, L. Barbosa, 1959.

pampeanas, constituindo favelas que, segundo trabalho da SAGMACS, ultrapassam em miséria tôdas as outras favelas brasileiras (10).

Por volta de 1955, o meio rural das regiões mais cultivadas e mais ricas do sul — São Paulo e o norte do Paraná, — foram por sua vez teatro de transformações na organização interna das propriedades, resultantes de desequilíbrios no mercado internacional. Este se tornava cada vez mais desfavorável ao nosso país, cujos produtos agrícolas se viam cotados a preços cada vez mais baixos. Muitos agricultores abandonaram a agricultura e se voltaram para a criação extensiva, que exige pouca mão-de-obra e dá um lucro certo. Assim se instalou a crise no meio rural, — crise que dura até hoje. A adoção da pecuária determinou um emprêgo cada vez menor de mão-de-obra rural, que se viu assim expulsa das propriedades. Por outro lado, os meios de comunicação, tornando-se muito mais fáceis, possibilitaram a organização das empresas agrícolas não mais na base de mão-de-obra permanente, porém utilizando gente que vinha trabalhar de manhã e regressava para casa à tarde. Iniciou-se então uma reformulação interna dos estabelecimentos rurais para economizar mão-de-obra permanente (11).

A despedida de empregados se intensificou extremamente com a votação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que impunha salário mínimo, férias pagas depois de um ano de contrato, estabilidade após 10 anos de trabalhos no estabelecimento. Não estavam incluídos entre os trabalhadores rurais beneficiados, nem os diaristas, nem os tarefeiros, nem os parceiros. Estas categorias passaram a ser as preferidas pelos empregadores, e a transformação da mão-de-obra permanente em mão-de-obra volante se acelerou extraordinariamente. A maior parte dos agricultores engaja trabalhadores apenas para um ciclo agrícola — 10 meses nas plantações de café, menos ainda nas plantações de cana, de algodão, de cereais; escapam, assim, das exigências da lei. Acelera-se também a mecanização rural, como um meio de economizar u'a mão-de-obra que não apenas é dispendiosa, como pode acarretar inúmeras dores de cabeça ao empregador. Nos estabelecimentos agrícolas, só se conserva a mão-de-obra permanente realmente indispensável, e reduzida ao mínimo.

É necessário conhecer como vivia anteriormente nas propriedades agrícolas a mão-de-obra hoje dispensada, para compreender que transformações estão em curso e como poderão ainda se orientar. O grupo familiar era a célula de base do trabalho rural; tôda a família, na medida da quantidade de braços de que dispunha, participava da labuta agrária, ressalvada a distinção de sexo e idade; isto é, mulheres e crianças tinham suas tarefas específicas. Geralmente, o colono, o morador, o agregado tinham um terreninho para pequenas plantações, criavam galinhas e leitões. Quanto mais filhos, maior quantidade de trabalho se fazia, mais elevado o nível

(10) SAGMACS, 1958.

(11) Muitos dados desta parte do trabalho resultaram de relatórios de pesquisa pertencentes ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

de vida. Nos períodos de entre-safra, a existência estava garantida de um lado pelo contrato cuja duração era de pelo menos um ano, de outro lado pelas rocinhas e pequena criação. Nas fazendas maiores, ou de proprietários mais esclarecidos, havia uma escola isolada freqüentada pelas crianças; um mínimo de instrução primária podia ser adquirido.

Nas camadas inferiores da população rural brasileira, a regra era o casamento costumeiro, e não as uniões legalizadas e abençoadas. Nas fazendas, porém, muitas vezes, o proprietário timbrava em exigir a legalização civil, ou então a benção religiosa e tentava impedir as separações. Entre parceiros e sitiantes mais tradicionais, porém, as mudanças de companheiros matrimoniais não são raras. Quando se dão, as crianças permanecem com a mãe. Esta vê-se obrigada a arranjar outro homem, pois uma mulher sôzinha não pode arcar com o trabalho do campo. O homem, por sua vez, também é compelido a procurar uma companheira, pois sôzinho seu nível econômico será muito precário, já que ninguém o ajudará no trabalho rural. Estas exigências tornam duráveis os casamentos costumeiros, introduzem certa estabilidade nas famílias.

Na sociedade rural brasileira, formada de grupos de trabalhadores relativamente pouco sedentários, os trabalhadores agrícolas permanentes eram por assim dizer os únicos realmente ligados ao solo, presos às plantações por contratos de pelo menos, um ano. Os pequenos lavradores autônomos abandonam facilmente o local em que trabalham e buscam mais longe novas terras férteis; os diaristas também vão de uma a outra localidade em busca de melhores condições de trabalho. Este quase nomadismo da população agrária brasileira tem sido muito notada e é acusada como fator de intermitência e de ineficiência do trabalho agrícola. Ora, a mudança atualmente em curso na organização do trabalho, principalmente no meio paulista, estende o nomadismo à categoria que ainda tinha alguma estabilidade.

A transformação é rápida: em três anos, de 1963 a 1965, 30% da mão-de-obra rural permanente do Estado de São Paulo tornou-se "volante" (12); a do Estado do Paraná segue o mesmo caminho. O câmbio em processo atinge assim os dois Estados mais poderosos do ponto de vista agrícola, aqueles mesmos em que a agricultura é menos rudimentar e a população rural é mais densa.

Mas não é para as grandes cidades que se dirigem agora os trabalhadores agrícolas; aglomeram-se na periferia das cidadesinhas, das vilas, formam (como já havia acontecido no Rio Grande do Sul) conjuntos miseráveis de ranchos em terras devolutas, ou então em glebas abandonadas de solos muito ruins. Cidadesinhas e vilas passam a apresentar um cinturão de favelas, — fato até há pouco quase inédito no país. Simples sedes administrativas municipais, com uma população composta predominantemente de funcionários e uma divisão do trabalho muito fraca, os centros urbanos

(12) VASSIMON, Sergio, 1966.

que pontilham a extensão brasileira não podem absorver os migrantes, não têm para estes aberturas. Os migrantes permanecem marginais, sua integração parece difícil, senão impossível.

Se a vida não é rósea nas favelas metropolitanas, a miséria é negra nestas das cidades pequenas. As famílias não podem mais contar com as rocinhas de subsistência, por falta de terra; também a pequena criação é abandonada, pois galinhas e leitões ficam à mercê de vizinhos a quem a fome faz calar os escrúpulos. Nas plantações, em geral são engajados diariamente os homens; mulheres, adolescentes, velhos e crianças nada têm a fazer, durante o ano todo. Como as escolas primárias são insucientes para as próprias crianças da cidade, os pequenos favelados estão realmente condenados ao analfabetismo.

Mas o próprio homem não está seguro de encontrar trabalho; o engajamento é limitado, apenas nos períodos de colheita uma quantidade grande de mão-de-obra é requisitada. Os que não encontraram lugar nos caminhos dos intermediários, nada encontram para fazer o dia todo e também nada ganham; sua única esperança é serem contratados na manhã seguinte. Como a partida para outro lugar sempre foi solução para a população brasileira, desde que esgotados os recursos de uma zona, esta mão-de-obra volante circula atualmente em extensões muito vastas, ao saber dos pedidos de trabalho, por um lado, e de suas ilusões, por outro lado. Nestas condições, a família conjugal, que sempre foi célula de base do trabalho nas camadas inferiores da população rural, deixa de ser uma unidade de produção e torna-se, para o homem, um peso e uma carga de que deseja se ver livre.

Sem família, sem qualquer laço, o trabalhador rural pode muito mais facilmente sair de um lugar para outro. Em suas andanças, estabelece relações amorosas sempre de curta duração, aqui e ali, e de cujas consequências está acobertado pela brevidade das mesmas e pelo nomadismo. Vive melhor sozinho do que sob a carga de uma família. A mulher, porém, vê-se de repente com todo o peso e responsabilidade dos filhos, não podendo mais contar, como outrora, com um companheiro que com ela os divide. A prostituição torna-se um recurso de subsistência para as que já têm filhos, e o único futuro para as jovens. Ainda não temos notícia do estabelecimento, no interior de São Paulo e do Paraná, dos "chinedos" existentes nos pampas riograndenses; mas não é absurdo supor que, se já não ocorrerem nalgumas zonas, facilmente poderão vir a existir. A vagabundagem, a delinquência, os vícios estão também em desenvolvimento, a mendicância se torna um meio normal de sobrevivência para todas as idades.

Não temos ainda dados precisos que revelem a amplitude que estão tomando estes problemas. Segundo os informantes de uma pesquisa realizada em 1967, os volantes e suas famílias são "uns moribundos" (sic). De 1967 a esta parte, porém, os jornais revelam um fato novo: a formação de bandos de adolescentes e de rapazolas delinquentes nas cidades médias e

pequenas do interior, que até então se orgulhavam da sua ordem e tranquilidade. Há grupos modestos, cuja atividade se resume em pequenos roubos. Há outros importantes, cobrindo várias cidades vizinhas, trabalhando o "grupo" ora numa, ora noutra das cidades. Entre os bandos, rivalidades ocorrem e a luta se desencadeia muitas vezes: armados de facas, de em combates sangrentos, que cessam com a intervenção da polícia; porém então, já dois ou três dos jovens pagaram com a vida o prazer de lutar. Alguns desses bandos são formados exclusivamente de jovens; outros, porém, são encabeçados por adultos que agem como cérebros da organização.

Resta falar de um outro aspecto desta transformação de trabalho rural. O engajamento dos volantes não é feito pelo empresário rural, e sim por intermediários com quem é tratado o preço do dia de trabalho. Os intermediários — geralmente proprietários de caminhões que servem para o transporte de trabalhadores, ou então vendeiros associados a motoristas de caminhões, — se comprometem a fornecer tantos homens ao empresário, que lhes dá o dinheiro com o qual será pago o trabalho dos diaristas. Assim, toda relação patrão-empregado fica também cortada, já que as relações agora passam a existir através dos intermediários. Estes crescem em importância aos olhos da mão-de-obra rural, tornam-se alvo de agrados e bajulações com o fito de assegurar uma escolha permanente no momento de serem engajados os trabalhadores. As relações de compadrio tendem a se orientar para eles, assim como outras relações que eram características da organização paternalista das fazendas tradicionais. Não estamos longe de pensar que, em havendo eleições, dominarão parte apreciável do eleitorado, tornando-se cabos eleitorais pelo próprio efeito da posição que assumiram junto aos trabalhadores rurais, quando não quiserem almejar posições políticas mais elevadas. Os empresários rurais estão, pois, se amputando também da base eleitoral de que ainda talvez pudessem dispor, reforçando-se o poder político urbano.

O processo de transformação rural que se desenvolveu nos Estados de São Paulo e Paraná parece irreversível. Mais ainda do que nas favelas metropolitanas, — nas quais certa absorção da população migrante pela cidade parece ainda possível, — a miséria, a vagabundagem, a prostituição, a delinqüência, a mendicância espreitam crianças e adolescentes dos dois sexos que se vêem compelidos a habitar as favelas rurais. Diante do quadro que os dados colhidos em pesquisa nos permitiram traçar, é possível dizer que hoje, para os migrantes rurais que se dirigem quer para as cidades grandes, quer para as cidades médias e os burgos, o futuro possível e quiçá inevitável é o desemprego, a desorganização familiar, a miséria.

CONCLUSÃO.

Muito se tem falado na miséria do Nordeste brasileiro. Quisemos, a partir de dados que dizem respeito ao Sul do país, — à parte mais próspera e mais populosa dêste, — esboçar a realidade e as conseqüências das transformações em processo no meio rural. Desvendamos o reverso da urbanização em marcha, que tem enchido de orgulho observadores superficiais e menos avisados, a pensar que sua rapidez é sintoma de desenvolvimento, quando, ao contrário, é resultado dos problemas rurais. É verdade que uma proporção cada vez maior de indivíduos habita hoje nas cidades grandes e nos aglomerados urbanos de todos os tamanhos; mas as condições em que aí vivem não devem causar senão espanto e preocupação.

Numa perspectiva a médio e longo prazo, é esta transformação do sul que trará muito certamente perturbações e perigos de toda a ordem, e principalmente no que toca ao interior do país. Nas cidades grandes, há sempre expedientes que asseguram uma sobrevivência precária. No interior do país, porém, êles são mais do que minguados. Que a sêca, a geada, as pragas venham também se acrescentar às mudanças sociais em curso, e as conseqüências serão das mais graves. Reações violentas podem sobrevir, provenientes dêste estado de coisas, e que nada terão a dever a uma subversão organizada. Pelo contrário, tudo indica que na situação atual, as reações tomarão o caminho das "jacqueries" que conheceu o campo francês em épocas recuadas, ou então das desordens ocorridas na Inglaterra no início do século XIX, em larga faixa de condados da ilha, e como conseqüência também de transformações nas reações de trabalho. Nossa hipótese é de que, como nos dois casos, a violência se desencadeará, porém desorganizada e ineficiente. Assim sendo, facilmente os cidadãos a dominarão, e os trabalhadores rurais, considerados agora perigosos rebeldes, terão ainda aumentados os seus sofrimentos.

Pode ser também que nada ocorra. O Brasil é muito vasto, as condições sociais variam muito de uma região a outra, as generalizações tornam-se portanto pouco válidas. Talvez se observe um retôrno ao campo, para regiões ainda inexploradas e que oferecem possibilidades quase ilimitadas de trabalho rural. Aliás, o retôrno pode ser observado nas camadas elevadas da população, que estão buscando territórios longínquos e propícios, a fim de expandir seus negócios; ali precisam localizar a mão-de-obra necessária, o que consiste uma abertura para as atuais populações rurais expulsas dos estabelecimentos agrários do sul. Esta necessidade de mão-de-obra, nas zonas afastadas, é de tal ordem que tem dado lugar a verdadeiras empresas de escravização de trabalhadores rurais, volta e meia denunciadas nos jornais: oferece-se salário vantajoso, enche-se o caminhão de indivíduos desejosos de tentar a sorte, e lá, no êrmo de Mato Grosso ou de Goiás,

vêm-se os homens prêso à gleba, ganhando o que bem aprouver ao patrão lhes pagar, cercados de jagunços que impedem uma evasão. Na imensidão do sertão brasileiro, êstes comportamentos ainda são possíveis; como também é possível que o sertão ofereça aos trabalhadores uma terra para cultivar que os salve da miséria total. Lembremos, por tôda a parte e em tôdas as camadas sociais como um fermento de esperanças tenazes, que podem muito bem amortecer e anular qualquer reação violenta.

Se voltarmos agora nossa atenção para os Algarismos que apresentamos no início dêste trabalho, a sorte de crianças e jovens das camadas inferiores da população se torna ainda mais dramática. Com efeito, a falta de escolas e de possibilidades de emprêgo condena-os a um nível de vida dos mais baixos, quer habitem as favelas urbanas, quer pertençam ao mundo dos trabalhadores rurais, embora a situação da favela urbana seja um bocadinho melhor. A grande maioria dos jovens favelados, nas zonas urbanas e nas zonas rurais, não terão a longo prazo nem possibilidades de alimentação razoável, nem probabilidade de emprêgo estável em condições simplesmente humanas; seu futuro é, pois, a morte lenta da miséria. Apenas alguns privilegiados, na massa dos pobres, efetuarão pequena ascensão social que os livre de preocupações cotidianas com o sustento. Êstes casos, porém, serão sempre tomados como exemplo para provar a existência da mobilidade vertical e glorificar as virtudes do "self made man".

Todavia, esta condenação que assim é decretada contra os jovens, voltar-se-á contra o próprio desenvolvimento do País, que necessita cada vez mais de mão-de-obra qualificada e especializada, de funcionários de variado nível de instrução. A rapidez do desenvolvimento estará assim comprometida, pois será necessário lançar mão da improvisação para prover ao que falta. Seria indispensável que os dirigentes do País voltassem sua atenção em primeiro lugar para os problemas rurais, de um lado, para os problemas da juventude e da infância e de outro, problemas prioritários no sentido mais estrito da palavra, a fim de dominar os processos em curso e conduzi-los a finalidades úteis para a massa, — úteis tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista humano. As subversões não nascem de ideologias nem de propagandas; sua base real, que não se pode reprimir nem silenciar, são as transformações da estrutura sócio-econômica, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho. Ê êste o ponto nevrálgico a ser dominado, se se deseja que o desenvolvimento ocorra sem conflitos e sem revoluções (13).

(13) Este artigo foi publicado em francês, na revista *Carnets de L'Enfance*, publicada pela United Nations Children's Fund (UNICEF), 1968.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Vicente Unzer de, e MENDES S.º, Otávio Teixeira — *Migração Rural Urbana* — Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951.
- A Nova Face da Agricultura — Coopercotia, São Paulo, outubro de 1968.
- Anuário Estatístico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1967.
- CAMARGO, José Francisco de — *Êxodo Rural no Brasil* — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., São Paulo, 1957.
- CRUZ, Levy — *As Migrações para o Recife: Caracterização Social* — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.
- Educação I: Diagnóstico Preliminar, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social — E.P.E.A., junho de 1966.
- GONÇALVES, Antônio Carolino — *As Migrações para o Recife: Aspectos do Crescimento entre 1939 e 1958* — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.
- GONÇALVES, Antônio Carolino e CRUZ, Levy — «Algumas características demográficas e de habitação do 'Sítio dos Pelxinhos'» — *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, n.º 10, Recife, 1961.
- LESSA, L. Barbosa — *Os Guaxos* — Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1959.
- MARTINS, Ivan Pedro de — *Fronteira Agreste* — Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1944.
- MEDINA, Carlos Alberto de, e VALLADARES, Lycia — *Favela e Religião* — Centro de Estatística Religiosa e Informação Social (CERIS), Rio de Janeiro, 1968.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — *Enfance et Adolescence dans les favelas brésiliennes* — *Carnets de L'Enfance*, United Nations Children's Fund (UNICEF), Paris, 1968.
- SAGMACS — *Necessidades e Possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná* — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 3 vols., São Paulo, 1958.
- SAGMACS — *Aspectos humanos da favela carioca: Estudo sócio-econômico* — Suplemento especial do jornal *O Estado de São Paulo*, 2 fascículos, 13 de abril de 1960.
- Sinópsse do Censo Demográfico para 1960 — I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1960.
- VASSIMON, Sérgio — «Estudo preliminar sobre o problema da mão-de-obra volante no Estado de São Paulo» (relatório de pesquisa entregue ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos) — MS. — São Paulo, 1966.
- VASSIMON, Sérgio — «Ruptura da mentalidade patriarcal» — Coopercotia, São Paulo, outubro de 1968.